Sentiu nossa falta?! **O Informativo TRT2: Atos normativos da semana está de volta!**

Retomamos os envios para trazer até você, de forma rápida e objetiva, as normas mais relevantes sobre a Justiça do Trabalho publicadas recentemente.

Clique aqui para conferir as edições anteriores e ficar totalmente atualizado.

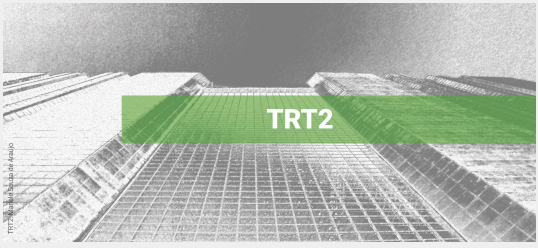
É muito bom ter você conosco novamente!

INFORMATIVO TRT2
Atos normativos da semana

TRT-2ª REGIÃO
São Paulo

N. 44

Período: 2 a 6 nov. 2026



Edital de acordo direto em precatórios da Fazenda Pública do Estado de São Paulo n. 13/2026, com as alterações do Edital n. 13-A/2026, de 5 de outubro de 2026 - Lista de precatórios habilitados

Torna pública a lista de precatórios habilitados para realização de acordos diretos em precatórios da Fazenda Pública do Estado de São Paulo.

Portaria de elogio n. 20/CR, de 26 de outubro de 2026

Registro de elogio a Juízes do Trabalho.

Ato n. 64/GP, de 28 de outubro de 2026

Institui Grupo de Trabalho Executivo Multidisciplinar para o Aperfeiçoamento dos Bancos de Dados Institucionais e

Provimento n. 11/GP.CR, de 29 de outubro de 2026

Institui o Prêmio TRT-2 Eficiência, destinado ao reconhecimento do desempenho das unidades judiciárias de primeiro grau, com base em critérios objetivos, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Edital n. 8/CR, de 4 de novembro de 2026

Informa a relação complementar de inscritos para eleição dos membros titulares e suplentes da Comissão de Diretores(as) de Secretarias de Varas do Trabalho – CDS TRT2, conforme Edital n. 7/CR, de 26 de outubro de 2026.

Portaria n. 32/GP, de 4 de novembro de 2026

Designa o encarregado pelo tratamento de dados pessoais do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Melhoria da Qualidade das Informações Sociodemográficas, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Portaria n. 55/DGA, de 29 de outubro de 2026
Altera a portaria de designação de fiscalização dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Portaria n. 56/DGA, de 29 de outubro de 2026
Altera a portaria de designação de fiscalização dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Edital n. 9/GP, de 3 de novembro de 2026
Comunica a lista preliminar de candidatos(as) inscritos(as) para eleição dos cargos previstos no art. 2°, II a VII, XII e XIII, do Ato n. 8/GP, de 17 de janeiro de 2024, a fim de compor o Comitê Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Portaria n. 27/GP.CR, de 3 de novembro de 2026
Define os parâmetros quantitativos e operacionais do Núcleo de Cooperação Judiciária 4.0 – NCJ 4.0, para a equalização da carga de trabalho nas fases de liquidação e de execução no primeiro grau de jurisdição, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, para o exercício de 2026, nos termos do Provimento n. 4/GP. CR, de 3 de junho de 2026.

Portaria n. 33/GP, de 4 de novembro de 2026
Nomeia membros do Comitê de Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região e revoga a Portaria n. 15/GP, de 6 de fevereiro de 2025.

Portaria n. 57/DGA, de 4 de novembro de 2026
Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Edital n. 10/GP, de 5 de novembro de 2026
Comunica a nova lista preliminar de candidaturas para eleição dos cargos previstos no art. 2°, incisos II, III, V e VI, do Ato n. 30/GP, de 5 de maio de 2023, a fim de compor a Comissão de Atenção Prioritária ao 1° Grau de Jurisdição, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Portaria n. 34/GP, de 5 de novembro de 2026
Nomeia membros do Comitê de Comunicação e Transparência do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região e revoga a Portaria n. 62/GP, de 10 de dezembro de 2024.

Portaria n. 58/DGA, de 5 de novembro de 2026
Altera as portarias de designação de fiscalização dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Órgãos de interesse

Conselho Nacional de Justiça

Provimento n. 258/CNJ, de 22 de outubro de 2026

Ministério do Trabalho e Emprego

Resolução n. 1.046/CODEFAT.MTE, de

Ministério da Previdência Socia

Portaria Conjunta n. 54/MPS.INSS, de 5 de novembro de 2026

Altera a redação do artigo 235 do Código Nacional de Normas, que trata da relação dos assentos lavrados.

Instrução Normativa n. 37/CN.CNJ, de 28 de outubro de 2026
Altera a Instrução Normativa n. 36/ CN. CNJ, de 29 de julho de 2026, que disciplina a estrutura, a utilização e a manutenção da Tabela Remuneratória Unificada (TRU), para dispor sobre o caráter classificatório da inclusão de rubricas, incluir rubricas nas Seções I, II e VI do Anexo I e no Anexo II e inativar a rubrica do auxílio-moradia.

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Resolução n. 667/COFFITO, de 5 de novembro de 2026
Estabelece diretrizes para a atuação do terapeuta ocupacional na Atenção Integral ao Recém-Nascido.

29 de outubro de 2026
Altera a Resolução n. 1.027/ CODEFAT. MTE, de 10 de novembro de 2025, para dispor sobre excepcionalidade no requerimento do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal para períodos de defeso iniciados a partir de 1º de julho de 2026.

Resolução n. 1.165/CCFGTS, de 29 de outubro de 2026
Altera a Resolução n. 1.130/CCFGTS, de 7 de outubro de 2025, que trata do período de transição das medidas tomadas pelo Conselho Curador.

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Portaria n. 8.920/MGI, de 29 de outubro de 2026
Altera a Portaria n. 6.143/MGI, de 29 de julho de 2025, que institui o Comitê de Atenção à Saúde e à Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal - CASST.

Altera a Portaria Conjunta n. 13/MPS. INSS, de 23 de março de 2026, que disciplina a execução do exame médico-pericial por meio de análise documental para o benefício de auxílio por incapacidade temporária, conforme estabelecido no art. 60, § 11-A, da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

Poder Legislativo

Lei n. 15.527, de 6 de novembro de 2026
Institui o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica; e altera as Leis n.s 12.871, de 22 de outubro de 2013, 3.268, de 30 de setembro de 1957, 6.932, de 7 de julho de 1981, 13.959, de 18 de dezembro de 2019, e 10.861, de 14 de abril de 2004.